



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**SETOR DE EDUCAÇÃO**

**XX SEPE - SEMANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO SETOR DE  
EDUCAÇÃO/2006**

**ANÁLISE DA RELAÇÃO HOMEM NATUREZA NOS PARÂMETROS  
CURRICULARES NACIONAIS – TEMAS TRANSVERSAIS: EDUCAÇÃO  
AMBIENTAL**

Solange Freundel Filvock

Universidade Federal do Paraná

**Palavras-chave:** PCNs, Relação homem-natureza, Educação Ambiental.

**OBJETIVOS**

Analisar a concepção da relação entre homem e natureza presente nos Parâmetros Curriculares Nacional, para o Ensino Fundamental (primeiro e segundo ciclos), isto será realizado à luz de uma classificação de possíveis concepções de homem/natureza, nas quais se definem sujeitos distintos: o Sujeito Natural, o Sujeito Cognoscente e o Sujeito Histórico.

**METODOLOGIA**

A análise do discurso foi realizada através de duas categorias que compõe os PCNs, a saber, os Objetivos e os Conteúdos. A seleção destas duas características de análise se deu porque os Objetivos mostram, resumidamente, qual a intenção da educação ambiental nas escolas. Desta forma, podem apontar para as relações que os alunos devem desenvolver com a natureza para tornar-se um sujeito “ambientalmente conscientizado” que poderá agir diante da realidade em que vive. Já os conteúdos mostram como os objetivos irão se efetivar

Os elementos do discurso foram classificados de acordo com os três sujeitos que definem a relação do homem com a natureza. As citações pertinentes foram selecionadas,

enquadrado-as em um ou mais sujeitos possíveis da relação homem-natureza, justificando o porquê desta classificação.

## **PRINCIPAIS REFERÊNCIAS TEÓRICAS**

Os PCNs são: “uma referência nacional para o ensino fundamental; estabelecem uma meta educacional para a qual devem convergir as ações políticas do Ministério da Educação”. Em outras palavras, os PCNs pretendem ser um conjunto de diretrizes capaz de nortear os currículos do ensino fundamental e seus conteúdos mínimos.

O processo de implementação e elaboração dos PCNs, está vinculado à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal 9.394, aprovada em 20 de Dezembro de 1996). As primeiras discussões que culminaram na elaboração e publicação da LDB e dos PCNs se iniciaram com a participação do Brasil na Conferência Mundial de Educação para Todos, convocada pela Unesco, Unicef, PNUD e Banco Mundial, realizada em 1990, em Jomtien, na Tailândia.

Além disso, a constituição de 1988 já determinava a fixação de conteúdos mínimos para o ensino fundamental, a fim de que houvesse “parâmetros claros no campo curricular, capazes de orientar as ações educativas do ensino obrigatório” (Brasil, 1997a p.15).

Diante disso, cresce a necessidade de criar os Parâmetros Curriculares Nacionais. Estes por sua vez, foram gerados diante de discussões a nível nacional promovidas pelo MEC. No entanto, a maior inspiração dos PCNs foi a reforma educacional promovida pela Espanha, como explica Carvalho, *“desde a seleção de conteúdo até a própria apresentação, deste sob a forma de volumes divididos por cores foi baseado no modelo europeu espanhol”* (Carvalho, 2003, p. 84).

No entanto, o que mais interessa para este trabalho é a inclusão de um núcleo de conteúdos (ou temas) que devem ser trabalhados transversalmente aos conteúdos “tradicionais”. Entre estes temas transversais encontramos o meio ambiente.

A inclusão das discussões de questões sociais no currículo escolar tem por objetivo discutir o sentido ético da convivência humana nas suas relações com várias dimensões da vida social: o ambiente, a cultura, a sexualidade e a saúde.

Os PCNs incorporam a tendência da transversalidade para *“compor um conjunto articulado e aberto a novos temas, buscando um tratamento didático que contemple sua*

*complexidade e sua dinâmica, dando-lhes a mesma importância das áreas convencionais. O currículo ganha em flexibilidade e abertura, uma vez que os temas podem ser priorizados e contextualizados de acordo com as diferentes realidades locais e regionais” (Brasil, p.25, 1997).*

Os temas transversais podem enriquecer o currículo e até ter um cunho inovador, mas para Macedo, *“o que os PCNs estão propondo é a manutenção da lógica das disciplinas e a introdução dos temas transversais de relevância social, mas apenas quando a lógica disciplinar permita” (1998, p. 85).*

Como tema transversal, o meio ambiente foi incluído nos PCNs, nos interessando, nesta pesquisa, saber qual a concepção da relação entre o homem e a natureza que orienta o que é dito sobre este tema. Isto se torna importante, na medida em que a forma como esta relação é considerada, determina como a temática ambiental será trabalhada no ensino pelos professores.

Antes de partir para a análise propriamente dita, é importante esclarecer as concepções de homem/natureza que estarão norteadas esta pesquisa.

Tozoni-Reis, classifica três possíveis relações entre homem e natureza chamando de sujeito natural, sujeito cognoscente e sujeito histórico (2004, p. 26). Para a análise dos PCNs (V.9), a presente pesquisa, se utilizará desta mesma classificação, para identificação da relação homem/natureza presente neste documento.

O *sujeito natural*, segundo a autora, caracteriza-se por tentar reconstruir uma relação com a natureza, onde o ser humano deve submeter-se às leis naturais, como todos os outros seres vivos, com o propósito de garantir o equilíbrio harmônico da natureza.

Nesta perspectiva o ser humano é visto como um perturbador da natureza. E esta por sua vez, é concebida como sagrada e intocável, pois, é doadora de recursos naturais. Já a relação homem/natureza se dá a partir da afetividade e/ou das sensações que o homem pode experimentar no seu contato com a natureza. O objetivo desta relação será reconstruir uma ligação harmônica com a natureza para que esta seja preservada e para que nela o Homem encontre seu lugar.

O papel da Educação Ambiental, dentro desta relação, é redefinir os valores, a moral e os comportamentos dos indivíduos em relação à natureza para que estes não a degradem.

No caso do *sujeito cognoscente*, a relação entre o homem e a natureza é mediada pelos conhecimentos técnicos – científicos, ou seja, há um esforço para compreender e conhecer as realidades ambientais, para que as tomadas de decisões sejam apropriadas em relação ao meio ambiente. A razão é o elemento central nesta relação.

Entende a natureza um espaço de dominação do homem. Ela não é intocável, no entanto, a ação do ser humano sobre ela será efetuada de modo racional e equilibrada. O Homem por sua vez, relaciona-se com a natureza através do conhecimento e é o agente principal neste processo. Como na concepção anterior, ele é considerado como elemento da natureza, mas com espaço próprio.

A Educação ambiental passa a ser o principal instrumento para a “conscientização” dos sujeitos. Ela servirá para preparar os indivíduos intelectualmente para que eles possam, a partir das informações e conhecimentos adquiridos, agir corretamente em relação ao ambiente.

Na terceira concepção de relação entre o homem e a natureza, esta relação é entendida como sociedade/natureza, pois, a história e a cultura da humanidade aparecem como mediadoras da relação. Não existe possibilidade de igualdade nessa relação que sugere conflito entre os sujeitos e a natureza. Pois, a sociedade vai se relacionar com a natureza de forma que a modifique, e esta por sua vez, irá reagir diante das transformações nela efetuadas.

O homem não constrói individualmente sua relação com a natureza. Os sujeitos se organizam em grupos sociais que por sua vez, vão se relacionar de maneiras diferentes com a natureza. Esta concepção desloca do indivíduo para a sociedade a relação homem/natureza. Assim, a sociedade desenvolve uma relação dialética com a natureza, ou seja, a relação com o ambiente é construída no decorrer da história, e esta, também será determinada, dinamicamente, no decorrer das relações que os grupos sociais desenvolvem com a natureza.

Nessa perspectiva, a educação ambiental será relevante se for emancipadora e formando um sujeito crítico que saber articular as dimensões políticas, sociais e biológicas das questões ambientais.

No caso dos PCNs, qual o direcionamento que estaria sendo dado à educação ambiental? Qual a concepção de relação entre o homem e a natureza que estaria subsidiando este direcionamento?

Não foi encontrado nenhuma referência sobre uma análise dessas questões que nesta pesquisa pretendemos abordar. No entanto, se essa terceira concepção de relação entre a sociedade e a natureza estiver presente nos PCNs, acredita-se portanto, que ela poderia direcionar uma educação ambiental emancipadora e superar a educação ambiental limitada que tem sido objeto de crítica de alguns analistas da situação da educação ambiental no Brasil .

Segundo Loureiro (2001) algumas características são encontradas na prática da educação ambiental que, em geral, não possuem um embasamento teórico para uma prática consciente e transformadora. São elas: compreensão naturalista e conservacionista da crise ambiental; visão comportamentalista e individualista de educação; abordagem despolitizada da questão ambiental; banalização dos conceitos de cidadania e participação; e compreensão do ser humano inserido no ambiente como ser abstrato, fora de um contexto sócio-histórico, político e econômico” (Loureiro, 2001, p. 22). O autor destaca que ainda que é corrente um modelo conservador no que diz respeito a educação ambiental. Exemplo disso são os programas de educação ambiental que têm objetivos como: “tornar conscientes, levar conhecimentos a e ensinar a cuidar do meio ambiente” (2001, p. 26).

A visão do autor sobre EA pode ser traduzida na fala a seguir: “...tratamos de EA definida no Brasil a partir de uma matriz que vê a educação como elemento de transformação social inspirada no diálogo, no exercício da cidadania, no fortalecimento dos sujeitos, na superação das formas de dominação capitalista e na compreensão do mundo em sua complexidade e da vida em sua totalidade” (2001, p.23 e 24). Isto implica em uma educação ambiental que não se restringe a transmitir informações, mas em um processo de conscientização.

Os resultados obtidos com a análise dos PCNs só fazem sentido se a análise dos mesmos for realizada identificando-se a proximidade, ou não, em relação as concepções de relação entre o homem e a natureza que podem subsidiar uma educação emancipadora.

## **CONCLUSÕES**

A presente pesquisa pode concluir com êxito o que tinha se proposto no início do trabalho, a saber, analisar a relação homem/natureza contida no PCN.

Diante do trabalho feito serão destacados alguns pontos conclusivos que se pode chegar mediante esta pesquisa:

- Os PCNs enfatizam os sujeitos natural e cognoscente.
- As características do sujeito natural estão evidenciadas em expressões como “adotar posturas”, “valores básicos”, “perceber, apreciar e valorizar a diversidade natural e sociocultural” e “adotando posturas de respeito, para uma atuação criativa, responsável e respeitosa em relação ao meio ambiente”, essas expressões são permeadas pela subjetividade dos indivíduos e pela responsabilidade individual de cada sujeito em relação a natureza. A ênfase está na transmissão de valores e no desenvolvimento de atitudes que possibilitem uma relação harmônica com o meio ambiente.

- Já o sujeito cognoscente encontra espaço no PCN – meio ambiente e saúde -, quando é enfatizado o conhecimento técnico – científico. Nos objetivos e conteúdos aqui analisados fica implícita a concepção deste sujeito. Expressões como “compreender, conhecer, dominar procedimentos, utilizando-se dessas percepções para posicionar-se em relação à...” nos dão a percepção de que a relação homem/natureza só pode ser efetivada se for mediada pelos conhecimentos técnicos – científicos. A idéia principal destacada, principalmente, pelos conteúdos, é que a intervenção predatória do ser humano pode ser modificada ou sofrer intervenção se houver avanço do conhecimento sobre a dinâmica ambiental.

- O PCN – Meio Ambiente e Saúde – não abre espaço para a reflexão histórica da relação homem/natureza, pois, este propõe uma relação homem/natureza que é marcada pela intencionalidade dos sujeitos, diferentemente das duas propostas anteriores, nas quais os sujeitos são “adestrados” para tomarem determinadas atitudes em relação ao meio ambiente. Segundo a concepção do Sujeito Histórico as dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas da sociedade, precisam estar presentes no modo de relação com o meio ambiente, e assim, é entendida com uma relação entre sociedade e natureza. O PCN não abre espaço para essa dimensão nas discussões que propõe.

- O PCN – Meio Ambiente e Saúde - centra-se nas possibilidades tecnocrática, cientificista, comportamentalista e conservadora da relação homem/natureza. Persiste em

manter um paradigma voltado para uma educação ambiental conservadora e utilitarista amparada pela relação dos sujeitos natural e cognoscente.

Fica ainda a hipótese de que ao fazer a escolha por essas duas abordagens da relação homem/natureza, o PCN formará um educando que não aprenderá a articular conhecimento, intencionalidade e transformação social. Antes, ele será um mero reprodutor das relações sociais já existentes no campo das questões ambientais, pois, não terá condições de articular conhecimento com a prática que transforma a essência das relações econômicas, sociais, culturais e políticas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, V. S. de. **A Educação Ambiental nos PCNs: o meio ambiente como tema transversal.** In: *Educação Ambiental consciente*. Wak editora, Rio de Janeiro, 2003.

CARVALHO, I. C. De M. **Educação Ambiental Crítica: Nomes e endereçamentos da Educação.** In: Layraraques, P. P. (coord). *Identidades da Educação Ambiental Brasileira*. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, 2004.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente e saúde.** Brasília, 1997, V.9.

BRASIL. **Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais.** Brasília, 1997(a).

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental.** Cortez, São Paulo, 2003.

MACEDO, E. F de. **Parâmetros Curriculares Nacionais: a Falácia de Seus Temas Transversais.** In: *Revista da Educação AEC*, Ano 27, n. 108, p. 73 – 88, 1998.

LIMA, G. F. C. **Educação, Emancipação e Sustentabilidade: Em Defesa de Uma Pedagogia Libertadora Para a Educação Ambiental.** In Loureiro; Layraraques, P. P & Castro, R. S. (org). *Sociedade e Meio ambiente: A Educação Ambiental em Debate*. São Paulo, Cortez, 2000.

MELLO, L. M. **A Questão do Formalismo no Discurso Oficial da Educação Ambiental.** Dissertação (Mestrado) – Tecnologia, Centro Federal de Educação Tecnológica, Curitiba, 2001.

PEDRINI, G. **Educação Ambiental: Reflexões e Práticas contemporâneas.** Ed. Vozes, São Paulo 1988.

TOZONI-REIS, M. F. C. **Educação Ambiental:** Natureza, Razão e História. Autores Associados, Campinas – São Paulo, 2004.